

SUZANO

Holding

SUZANO HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 60.651.809/0001-05
NIRE 35.300.011.864

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022

Proposta da Administração da SUZANO HOLDING S.A. (“Companhia”), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”) (“Proposta”), a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 26 de abril de 2022, às 11h00 horas (“Assembleia Geral Ordinária”).

ÍNDICE

1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária	02
2. <u>Anexo I</u>: Item 10 do Formulário de Referência (Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia)	04
3. <u>Anexo II</u>: Proposta da Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II - Instrução CVM 481/09)	14
4. <u>Anexo III</u>: Fixação do número de membros do Conselho de Administração e Eleição de seus Membros	20
5. <u>Anexo IV</u>: Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência (Candidatos indicados para compor o Conselho de Administração)	22
6. <u>Anexo V</u>: Proposta de Remuneração dos Administradores	31

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração (“Proposta”) da Companhia acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária:

1. Apreciação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do relatório do auditor independente, estão disponibilizados no website da Companhia <http://www.suzano.com.br/suzanoholding/> e na página da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) www.cvm.gov.br, tendo recebido do Conselho de Administração da Companhia manifestação favorável à sua aprovação nos termos da reunião desse órgão realizada no dia 15 de março de 2022.

Conforme consta das Demonstrações Financeiras, foi apurado lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a ser destinado conforme previsto na Lei 6.404/76. Em função da apuração de lucro no referido exercício social, a Companhia apresenta em seu Anexo II as informações indicadas no Anexo 9-1-II da IN CVM 481/09, conforme decisão do Colegiado no Processo CVM RJ2010/14687, de 27 de setembro de 2011.

As demais informações e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia em conformidade com a Seção 10 do Formulário de Referência e com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada (“ICVM 481”), constam desta Proposta.

2. Fixação do número de membros do Conselho de Administração e eleição dos seus membros.

Propõe-se fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo eleitos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023, (i) Claudio Thomaz Lobo Sonder, como Presidente do Conselho de Administração; (ii) Antonio de Souza Corrêa Meyer, como Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (iii) Marcos Sampaio de Almeida Prado, Geraldo José Carbone e Alan Terpins, como membros do Conselho de Administração.

Para maiores informações sobre esta matéria, vide Anexos III e IV desta Proposta.

3. Fixação do montante global anual da remuneração dos administradores.

Propõe-se fixar o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social de 2022 em até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), sendo até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para o

Conselho de Administração e até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para a Diretoria.

Observações:

A Companhia esclarece que, nos termos da Instrução CVM nº 594, de 20 de dezembro de 2017 (“IN CVM 594”), as normas do voto à distância previstas na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“IN CVM 481”), conforme alterada, não se aplicam à Companhia.

O parágrafo 2º do art. 1º da IN CVM nº 594, que alterou artigos da IN CVM 481, determina que “o disposto nesta Instrução não se aplica às companhias abertas que não possuam ações em circulação, assim consideradas as ações da Companhia, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da companhia e daquelas mantidas em tesouraria”.

Tendo em vista que a Companhia não possui ações em circulação, não será disponibilizado boletim de voto à distância a seus acionistas.

ANEXO I

PARA FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.

10 Comentários dos Diretores

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais
<p>A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.</p> <p>Nos exercícios de 2021, 2020 e 2019 a Companhia registrou lucro de R\$ 2.349,4 milhões e prejuízos de R\$ 2.938,9 milhões, e R\$ 770,4 milhões, respectivamente. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 23.469,7 milhões, R\$ 14.947,0 milhões e R\$ 10.715,6 milhões, nos respectivos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.</p> <p>Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item “10.1.b” abaixo.</p>
b) Estrutura de capital
<p>O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 4.163,0 milhões, representando um acréscimo de 105,75%, ou R\$ 2.139,7 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2020, e um decréscimo de 16,29%, ou R\$ 809,8 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019.</p>
c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos
<p>A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia através de suas receitas de dividendos, e juros sobre o capital próprio.</p>
d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas
<p>As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, e resultado de aplicações financeiras.</p>

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, receita pela concessão de avais e fianças, e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de eventuais deficiências de liquidez. As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2021 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “10.1.d.” e “10.1.f.”.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

Atualmente a Companhia não possui dívida.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia registrou no seu ativo circulante os dividendos propostos a receber de suas controladas, no montante de R\$ 250.068 mil, sendo R\$ 248.789 mil da controlada Suzano S.A. e R\$ 1.279 mil da controlada Premesa S.A.

No exercício de 2021, a Companhia concedeu mútuos a sua empresa relacionada IPLF Holding S.A., no montante de R\$ 33.873 mil, sem incidência de juros, com vencimento a ser convencionado entre as partes, antecipado ou prorrogado.

Em 15 de maio de 2020, a Companhia protocolou petição desistindo do processo que tratava da incidência do PIS e COFINS sobre a receita financeira de juros sobre capital próprio, sobre o qual havia depósito judicial.

Essa desistência foi registrada no Balanço Patrimonial, com a reversão da conta “Provisão para Passivos Judiciais” contra a conta “Depósitos Judiciais”, no montante de R\$ 33.606 mil.

Operações de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

A Companhia reconheceu a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019. Esta norma determina que a Companhia reconheça em seus passivos os pagamentos futuros e em seus ativos o direito de uso do bem arrendado para todos os contratos de arrendamento mercantil, com isenção permitida aos contratos de curto prazo ou de baixo valor. A Companhia adotou a norma usando a abordagem retrospectiva modificada que não requer a reapresentação dos saldos comparativos.

Na adoção da norma, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento brutos de PIS/COFINS em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento, cujos passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados com base na taxa nominal de empréstimo incremental. Os ativos associados ao direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, sem impacto nos lucros acumulados.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 01 de abril de 2019 a controlada da Companhia, anteriormente denominada Suzano Papel e Celulose S.A., teve sua razão social alterada para Suzano S.A.

Em 20 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria relativa à distribuição de dividendos à conta do saldo de reservas de lucros, também aprovada na Assembleia Ordinária e Extraordinária da Companhia, no valor de R\$ 113,9 milhões.

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Companhia, em conjunto com os demais acionistas controladores da Suzano S.A. (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Suzano S.A.”), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. (Fibria Celulose S.A. e, em conjunto com a Suzano S.A., as “Companhias”), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. (em conjunto, os Acionistas Controladores da Fibria Celulose S.A.), com interveniência e anuência da Suzano S.A., o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano S.A. e os Acionistas Controladores da Fibria Celulose S.A. acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano S.A. e da Fibria Celulose S.A., mediante a realização de reorganização societária.

Foi submetido e aprovado pelos acionistas das companhias uma reorganização societária que resultou:

- a) na titularidade, pela Suzano S.A., da totalidade das ações de emissão da Fibria Celulose S.A.;
- b) no recebimento pelos acionistas da Fibria Celulose S.A., para cada ação ordinária de emissão da Fibria Celulose S.A., de:
 - (i) R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do CDI desde 15 de março de 2018 até a data do seu efetivo pagamento ajustado por dividendos antecipados de 2018, liquidado em uma única parcela na data da consumação da operação; e
 - (ii) 0,4611 ação ordinária de emissão da Suzano S.A., a ser entregue também na data da consumação da operação.

Os acionistas da Fibria Celulose S.A. detentores de American Depositary Shares (“ADSs”) fizeram jus ao recebimento de ADSs da Suzano S.A., observada a mesma relação de troca.

Após consumada a operação, as ações e os ADSs de emissão da Fibria Celulose S.A. deixaram de ser negociados na B3 S.A. e na Bolsa de Valores de Nova Iorque,

respectivamente.

A consumação da operação previa o cumprimento de algumas condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação por determinadas autoridades da concorrência no Brasil e no exterior. Todas as aprovações ocorreram em 2018. Com todas condições precedentes atendidas iniciou a contagem do prazo de 45 dias para consumação da operação, quando foi efetivada a reorganização societária. A transação foi concluída em 14 de janeiro de 2019.

Com a emissão de novas ações da Suzano S.A. em favor dos então acionistas da Fibria Celulose S.A., houve diluição da participação da Companhia na Suzano S.A., fazendo com que ficasse abaixo de 50%, mesmo considerando a participação de todos os acionistas signatários do Acordo de Voto da Suzano S.A. celebrado entre a Companhia e outros acionistas (“Acordo de Voto”) em setembro de 2018 e aditado em janeiro de 2019. Diante dessa situação, a administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e concluiu, apoiada em opinião de assessores externos, que a Companhia e demais acionistas signatários do Acordo de Voto atendem à definição de acionista controlador da Suzano S.A. conforme definições legais e interpretações aplicáveis elencadas nas opiniões emitidas pelos assessores. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano S.A., mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria Celulose S.A.

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.349,4 milhões, em comparação aos prejuízos de R\$ 2.938,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, e de R\$ 770,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. O principal fator que contribuiu para o lucro de 2021 e para os prejuízos de 2020 e 2019 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A., decorrente do lucro e prejuízos dessa controlada.

(em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2021	2020	2019
Equivalência patrimonial	2.356.872	(2.917.824)	(768.296)
Despesas operacionais, líquidas	(8.253)	(7.251)	(6.772)
Resultado financeiro líquido	691	1.788	3.837
Imposto de renda e contribuição social	105	(15.576)	865
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.349.415	(2.938.863)	(770.366)
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano S.A.	2.351.701	(2.920.818)	(767.342)
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	5.171	2.994	(954)
	2.356.872	(2.917.824)	(768.296)

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período em questão.

c) eventos ou operações não usuais

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Companhia, em conjunto com os demais acionistas controladores da Suzano S.A. (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Suzano S.A.”), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. (Fibria Celulose S.A. e, em conjunto com a Suzano S.A., as “Companhias”), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. (em conjunto, os Acionistas Controladores da Fibria Celulose S.A.), com interveniência e anuência da Suzano S.A., o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano S.A. e os Acionistas Controladores da Fibria Celulose S.A. acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano S.A. e da Fibria Celulose S.A., mediante a realização de reorganização societária.

Foi submetido e aprovado pelos acionistas das Companhias uma reorganização societária que resultou:

a) na titularidade, pela Suzano S.A., da totalidade das ações de emissão da Fibria Celulose S.A.;

b) no recebimento pelos acionistas da Fibria Celulose S.A., para cada ação ordinária de emissão da Fibria Celulose S.A., de:

(i) R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do CDI desde 15 de março de 2018 até a data do seu efetivo pagamento ajustado por dividendos antecipados de 2018, liquidado em uma única parcela na data da consumação da operação; e

(ii) 0,4611 ação ordinária de emissão da Suzano S.A, a ser entregue também na data da consumação da operação.

Os acionistas da Fibria Celulose S.A. detentores de American Depositary Shares (“ADSs”) fizeram jus ao recebimento de ADSs da Suzano S.A., observada a mesma relação de troca.

Após consumada a operação, as ações e os ADSs de emissão da Fibria Celulose S.A. deixaram de ser negociados na B3 S.A. e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, respectivamente.

A consumação da operação previa o cumprimento de algumas condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação por determinadas autoridades da concorrência no Brasil e no exterior. Todas as aprovações ocorreram em 2018. Com todas condições precedentes atendidas iniciou a contagem do prazo de 45 dias para consumação da operação, quando foi efetivada a reorganização societária. A transação foi concluída em 14 de janeiro de 2019.

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Operações de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

A Companhia reconheceu a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019. Esta norma determina que a Companhia reconheça em seus passivos os pagamentos futuros e em seus ativos o direito de uso do bem arrendado para todos os contratos de arrendamento mercantil, com isenção permitida aos contratos de curto prazo ou de baixo valor. A Companhia adotou a norma usando a abordagem retrospectiva modificada que não requer a reapresentação dos saldos comparativos.

Na adoção da norma, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento brutos de PIS/COFINS em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento, cujos passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados com base na taxa nominal de empréstimo incremental. Os ativos associados ao direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, sem impacto nos lucros acumulados.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Em 2019 vide item 10.4.a) referente a alteração no registro de operação de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

No relatório dos auditores independentes do exercício de 2019 foi colocado uma ênfase relatando que as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019 não são comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Tal fato ocorre em razão da conclusão da combinação de negócios da controlada Suzano S.A. com a Fibria Celulose S.A. em 3 de janeiro de 2019, e da subsequente incorporação da Fibria pela controlada Suzano S.A. em 1º de abril de 2019.

Não houve ressalvas ou ênfases nos relatórios dos auditores independentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações societárias, direitos e obrigações de qualquer natureza estão registrados nas Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.9. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II

**PARA FINS DO ARTIGO 9º, § ÚNICO, II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE
17.12.2009**

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO,
CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.**

1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 2.349.414.850,23 (dois bilhões, trezentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e catorze mil, oitocentos e cinquenta reais e vinte e três centavos). Referido valor, após a absorção de prejuízos acumulados de R\$ 1.089.093.827,05 (um bilhão, oitenta e nove milhões, noventa e três mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinco centavos), resultou em saldo para destinação de R\$ 1.260.321.023,18 (um bilhão, duzentos e sessenta milhões, trezentos e vinte e um mil, vinte e três reais e dezoito centavos).

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Dividendos intermediários		
Ações Ordinárias	1,1560	86.739
Ações Preferenciais "A"	1,2716	87.197
Ações Preferenciais "B"	1,2716	37.284
Total		211.220

	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Dividendos propostos		
Ações Ordinárias	0,179152	13.443
Ações Preferenciais "A"	0,1970672	13.513
Ações Preferenciais "B"	0,1970672	5.778
Total		32.734

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76

O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A administração da Companhia propõe o valor de R\$ 243.954.458,89 para pagamento de dividendos, sendo que (i) R\$ 211.220.411,22, correspondendo a R\$ 1,156 por ação ordinária e R\$ 1,2716 por ação preferencial classe A e B, foram pagos em 31 de janeiro

de 2022 como dividendos intermediários imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) o valor de R\$ 32.734.047,67 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2021, nos valores de R\$ 0,1791520 por ação ordinária e R\$ 0,19706720 por ação preferencial classe A e B. O valor proposto pela administração da Companhia, observadas as retenções legais, equivale a 25% do lucro líquido ajustado.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio: Os dividendos propostos e os dividendos intermediários estão demonstradas no item 2.

b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio: Os dividendos propostos demonstrados no item 2 no valor de R\$ 32.734.047,67 (R\$ 0,1791520 por ação ordinária e R\$ 0,19706720 por ação preferencial classe A e B) terão o prazo de pagamento determinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2022, com base na posição acionária da data da Assembleia Geral Ordinária, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 27 de abril de 2022 (primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação). Os Dividendos Intermediários creditados em 13 de janeiro de 2022, no montante bruto de R\$ 211.220.411,22, foram pagos integralmente aos acionistas em 31 de de janeiro de 2022, sendo R\$ 1,156 por ação ordinária e R\$ 1,2716 por ação preferencial (Classes A e B).

c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio: Não aplicável.

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: Os dividendos propostos demonstrados no item 2, serão pagos com base na posição acionária da data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2022, com data de pagamento a ser definida na referida Assembleia, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação, ou seja, 27 de abril de 2022.

O crédito dos dividendos intermediários, no valor de R\$ 32.734.047,67, foi declarado em 13 de janeiro de 2022, baseado na posição acionária daquela data, sendo que as ações da Companhia passaram a ser negociadas *ex-direito* a partir de 14 de janeiro de

2022. O valor dos dividendos intermediários foi pago em 31 de janeiro de 2022 e imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2021, após as retenções legais, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2022.

6. Caso tenha havido declaração de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

A Companhia pagou dividendos intermediários com base no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, vide item 5b.

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados: Montante dos dividendos intermediários demonstrato no item 2.

b) Informar as datas dos respectivos pagamentos: pagamentos dos dividendos intermediários informado no item 5b.

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores

	2021	2020	2019
Lucro líquido por ação (R\$):			
Ordinária	12,86	-	-
Preferencial "A"	14,14	-	-
Preferencial "B"	14,14	-	-

b) Dividendos e dividendos intermediários distribuídos nos três exercícios anteriores

	2021	2020	2019
Dividendos distribuídos por ação R\$:			
Ordinárias	0,179152	-	-
Preferencial "A"	0,1970672	-	-
Preferencial "B"	0,1970672	-	-

	2021	2020	2019
Dividendos intermediários por ação R\$:			
Ação ordinária	1,1560	-	-
Preferencial "A"	1,2716	-	-
Preferencial "B"	1,2716	-	-

8. Havendo destinação de lucros à Reserva Legal

a) Montante destinado à Reserva Legal: R\$ 63.016.051,16.

b) Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício depois de deduzido os prejuízos acumulados.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto: O Art. 30, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de um dividendo mínimo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente: O pagamento dos dividendos propostos será determinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2022. Os dividendos intermediários creditados em 13 de janeiro de 2022 e pagos integralmente aos Acionistas em 31 de janeiro de 2022, foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observadas as retenções legais.

c) Informar o montante eventualmente retido: Não aplicável.

11. Retenção de dividendo obrigatório

Não aplicável.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas: O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu Art. 30, alínea “d”, a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de até 90% (noventa por cento) do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá

ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

b) Identificação do montante destinado às reservas estatutárias:

- Reserva para Futuro Aumento de Capital - R\$ 658.676.599,43.
- Reserva Estatutária Especial - R\$ 73.186.288,83.

c) Cálculo do montante das reservas estatutárias:

	(R\$ mil)
Lucro líquido do exercício	2.349.415
Absorção do prejuízo de anos anteriores	(1.089.094)
	<u>1.260.321</u>
Reserva legal - 5%	(63.016)
Reserva de incentivos fiscais reflexa	(221.488)
Dividendos intermediários	(211.220)
Dividendos propostos	(32.734)
Lucro após reserva legal e dividendos	<u>731.863</u>
Reservas estatutárias:	
- Reserva para futuro aumento de capital - 90%	(658.677)
- Reserva estatutária Especial - 10%	(73.186)

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável.

ANEXO III

FIXAÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA E ELEIÇÃO DE SEUS MEMBROS

De acordo com o artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto de 5 (cinco) a 9 (nove) membros, eleitos pela assembleia geral, que dentre eles designará o Presidente e o Vice-Presidente.

Propõe-se que o Conselho de Administração a ser eleito na Assembleia Geral, com mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, seja composto por 5 (cinco) membros efetivos, mantendo-se, assim, o atual número de membros do Conselho de Administração.

Esclareça-se que, nos termos da Instrução CVM nº 165, conforme alterada, e em vista do valor atual do capital social da Companhia, os Acionistas da Companhia representando, no mínimo 5%, do capital social, poderão requerer, por escrito, com até 48 horas de antecedência à Assembleia Geral, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Caso haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo, a cada ação de emissão da Companhia serão atribuídos 5 (cinco) votos, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, na forma do art. 141 da Lei n. 6.404/76. Recebido o pedido de adoção do processo de voto múltiplo válido, nos termos da Lei 6.404/76 a Companhia divulgará comunicado informando o requerimento de adoção de referido processo para eleição dos membros do Conselho de Administração.

Ainda, na forma do disposto no art. 141, §7º da Lei n. 6.404/76, independentemente do número de conselheiros que, segundo o Estatuto Social, componha o Conselho de Administração, caso a eleição do Conselho de Administração se dê pelo sistema do voto múltiplo e, cumulativamente, seja exercida a prerrogativa de eleger conselheiro de acordo com o art. 141, §4º da Lei n. 6.404/76, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

Prestados os esclarecimentos acima, propõe-se que sejam eleitos ou reeleitos os seguintes indivíduos para compor o Conselho de Administração da Companhia, conforme indicado abaixo.

Candidato	Cargo
Claudio Thomaz Lobo Sonder	Presidente
Antonio de Souza Corrêa Meyer	Vice-Presidente
Marcos Sampaio de Almeida Prado	Membro
Geraldo José Carbone	Membro
Alan Terpins	Membro

Em cumprimento ao artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, as informações sobre os candidatos ao Conselho de Administração encontram-se nas páginas 22 a 30 desta Proposta da Administração.

ANEXO IV

INFORMAÇÕES DOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

12.5. Candidatos a administradores e membros do conselho fiscal:

Conselho de Administração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Claudio Thomaz Lobo Sonder
Data de Nascimento:	25 de abril de 1942
Profissão:	Engenheiro
CPF:	066.934.078-20
Cargo a ser ocupado:	Presidente do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	26.04.2022
Data prevista da posse:	01.05.2022
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Diretor Executivo
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Não
Critérios utilizados para determinar a independência:	N/A
Número de mandatos consecutivos:	10
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano S.A.; membro do Comitê de Gestão e Finanças e do Comitê de Pessoas da Suzano S.A.; Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A.; Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; e membro do Conselho Curador da Fundação Arymax.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
Graduado em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos. Claudio Sonder tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico, tendo participado do Conselho de Administração de empresas como Lojas Renner S.A., RBS Participações S.A., Cyrela Brazil Realty SA Empreendimentos e Participações, dentre outras. Entre 1983 e 1993,	

foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2010, é Diretor e desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da Companhia (de abril de 2013 a outubro de 2018 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração); (b) desde 2002 é membro do Conselho de Administração (sendo Vice-Presidente desde 2013), membro do Comitê de Gestão e Finanças e do Comitê de Pessoas da Suzano S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (c) desde 2010, é Diretor Vice-Presidente Executivo e desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. (de abril de 2013 a outubro de 2018 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração), companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) de 2010 a maio de 2015, foi Diretor e desde abril de 2015, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) desde 2011, é Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) desde 2010, é membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) de 2010 a março de 2018, foi membro do Conselho de Administração e de março de 2018 a junho de 2021 foi Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (h) desde abril de 2015, é Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (i) desde 2011, é membro do Conselho Curador, de 2013 a 2020 foi membro da Diretoria Executiva da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais.

Claudio Sonder declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Antonio de Souza Corrêa Meyer
Data de Nascimento:	13 de agosto de 1946
Profissão:	Advogado
CPF:	215.425.978-20
Cargo a ser ocupado:	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	26.04.2022
Data prevista da posse:	01.05.2022

Prazo do mandato:	Até a AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Sim
Critérios utilizados para determinar a independência:	Critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado
Número de mandatos consecutivos:	10
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; Membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
<p>Antonio Meyer é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. É ex-sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalhou até 31.12.2019. Atualmente é (i) membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A. desde 2013 (sendo Vice-Presidente dos referidos Conselhos desde outubro de 2018); (ii) membro da Diretoria Executiva do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; (iii) membro do Conselho de Administração da ICC Brasil International Chamber of Commerce e do respectivo comitê de Arbitragem; e (iv) membro dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo; da Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP - FIESP e do Conselho da Câmara de Mediação e Arbitragem da American Chamber of Commerce (AMCHAM); e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira. Foi membro do Conselho de Administração da Suzano S.A. de 2004 até 2019; Diretor e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil e membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association.</p> <p>Antonio Meyer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Marcos Sampaio de Almeida Prado
Data de Nascimento:	23 de fevereiro de 1951

Profissão:	Administrador de empresas
CPF:	095.833.608-30
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	26.04.2022
Data prevista da posse:	01.05.2022
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Coordenador do CAE
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente:	Sim
Critérios utilizados para determinar a independência:	N/A
Número de mandatos consecutivos:	10
Cargos Ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A.; e membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
<p>Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.</p> <p>Marcos Prado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Geraldo José Carbone
Data de Nascimento:	02 de agosto de 1956
Profissão:	Economista
CPF:	952.589.818-00
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	26.04.2022
Data prevista da posse:	01.05.2022
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2023

Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Membro do CAE
Indicado pelo controlador:	Sim
Membro Independente	Não
Crêterios utilizados para determinar a independência:	N/A
Número de mandatos consecutivos	1
Cargos ocupados em outras sociedades ou organiza�es do terceiro setor	Membro do Comitê de Remunera�o no Grupo Itaú Unibanco, membro dos Conselhos de Administra�o da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Vice-Presidente do Conselho da Ach� Laboratórios Farmacêuticos S.A. Membro dos Conselho de Administra�o da Polpar S.A. e da IPLF Holding S.A.
Experiência profissional / Declara�o de eventuais condena�es:	
<p>Geraldo José Carbone � bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Atualmente � membro do Comitê de Remunera�o no Grupo Itaú Unibanco, membro dos Conselhos de Administra�o da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Vice-Presidente do Conselho da Ach� Laboratórios Farmacêuticos S.A. Também atua como Sócio Diretor da G/xtrat Consultoria Econ�mica Ltda. e da GC/Capital Empreendimentos e Participa�es Ltda. desde 2011. Foi Presidente (1997 a 2006); Vice-Presidente da Divisão de Asset Management (1994 a 1997) e Diretor do Departamento de Economia e da Unidade de Pesquisa de Investimento no Brasil (1991 a 1994) no Bank Boston e atuou como Economista-Chefe na Bunge y Born (1982 a 1987). Também ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente (2008 a 2011) e de membro do Conselho de Administra�o (2006 a 2008) e (2017 a 2018).</p> <p>Geraldo José Carbone declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condena�o criminal, (b) qualquer condena�o ou aplica�o de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condena�o transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	

CONSELHO DE ADMINISTRA�O	
Nome:	Alan Terpins
Data de Nascimento:	26.05.1975
Profissão:	Empresário
CPF:	270.904.498-66
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administra�o
Data prevista de elei�o:	26.04.2022
Data prevista da posse:	01.05.2022

Prazo do mandato:	Até a AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Nenhum
Indicado pelo controlador:	Não. Indicado por Rafael Provenzale Guper, Gabriel Provenzale Guper, Lisabeth S. Sander, Janet Guper, Pedro Noah Hornett Guper e Ian Baruch Hornett Guper.
Membro Independente:	Sim
Critérios utilizados para determinar a independência:	Critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado
Número de mandatos consecutivos:	0
Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Membro do conselho da Aurratech Inc.
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	
<p>Alan Terpins é graduado em Publicidade e Propaganda pela Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Alvares Penteado. Continuou a trajetória estudantil com cursos de artes e marketing na Universidade da Califórnia em Berkeley e finanças na Universidade da Pennsylvania. Após anos atuando em agências publicitárias, Alan é responsável, desde 1998, pela produção executiva e musical de clientes publicitários na produtora A Voz do Brasil. Em 2018, funda a Mission Music para conteúdos musicais diferenciados. É membro do conselho e sócio da Aurratech Inc. Consultor na área de produção da agência de marketing DDW em Sausalito, California. Atuante no mercado de Venture Capital e Private Equity através da 19York em São Francisco, California. Desde 2017 é também produtor de cinema com produções no Brasil e EUA.</p> <p>Alan Terpins declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual da participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (“CA”)		
Membros	Reuniões realizadas pelo CA desde a posse	% de participação nas reuniões após a posse
Claudio Thomaz Lobo Sonder	5	100%
Antonio Meyer	5	100%
Marcos de Almeida Prado	5	100%

Geraldo José Carbone	5	100%
Ricardo Madrona Saes	5	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia possui o Comitê de Auditoria Estatutário. Tendo em vista que os membros do Comitê de Auditoria Estatutário são eleitos pelo Conselho de Administração, a eleição dos referidos membros não está incluída na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 26 de abril de 2022.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual da participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

A Companhia possui o Comitê de Auditoria Estatutário. Tendo em vista que os membros do Comitê de Auditoria Estatutário são eleitos pelo Conselho de Administração, a eleição dos referidos membros não está incluída na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 26 de abril de 2022.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) Candidatos a administradores e administradores da Companhia
Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau entre os candidatos a administradores e os administradores da Companhia.
b) Candidatos a administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia
<u>Suzano S.A.</u> - Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau entre os candidatos a administradores e os administradores da Companhia e administradores de controladas diretas e indiretas.
c) Candidatos a administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia
<u>Relações entre administradores e controladores da Companhia:</u> não há relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau entre os candidatos a administradores da Companhia e controladores da Companhia.
<u>Relações entre (i) candidatos a administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia:</u> os Srs. David Feffer e Daniel Feffer, membros do grupo de controle da Companhia, são também,

respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano S.A., uma controlada da Companhia. Eles também são irmãos do Ruben Feffer, outro membro do grupo de controle da Companhia.

A Sra. Gabriela Feffer Moll, candidata ao cargo de membro do Conselho de Administração da Suzano, S.A., é filha de David Feffer, que é membro do grupo de controle da Companhia e Presidente do Conselho de Administração da Suzano S.A., uma controlada da Companhia.

O Sr. David Feffer, membro do grupo de controle da Companhia, é também Diretor Presidente da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. e da Premesa S.A., controladas da Companhia.

d) Candidatos a administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

A Companhia não possui sociedades controladoras diretas ou indiretas.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos a administradores da Companhia e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

O Sr. Antonio de Souza Corrêa Meyer, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, é sócio cofundador do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que presta serviços advocatícios eventuais para a Companhia e Suzano S.A., sua controlada.

b) Controlador direto ou indireto da Companhia

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre os candidatos a administradores da Companhia e controlador direto ou indireto da Companhia.

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

Não existe relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos a administradores da Companhia e fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO V

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) correspondente à remuneração dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Art. 162, §3º da Lei nº 6.404/76; e (b) até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria, sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo e tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas. Deste modo, o pagamento da remuneração variável está sujeito ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas. O montante proposto também contempla os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2022 e março de 2023.

ANEXO VI

INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração, que não foi formalmente aprovada, tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com os princípios, valores e objetivos dos acionistas.

Para tanto, a política respalda-se no acompanhamento do ambiente externo e comparativo anual do posicionamento salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos mesmos segmentos da Companhia, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela praticada internamente.

A estratégia de remuneração indica o intuito da Companhia em se posicionar acima mediana do mercado de referência na remuneração total para que, com isto, haja o atingimento dos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a Companhia na entrega e superação dos resultados planejados.

Em relação à remuneração variável, aplica-se o programa de participação nos lucros e resultados alicerçado em metas alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada nível hierárquico do quadro de colaboradores.

Para alguns colaboradores que possuem responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, foi proposta até o ano de 2017 a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Suzano S.A, do tipo *phantom shares*. A partir do ano de 2018 o programa de incentivo de longo prazo passou a se basear na concessão de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.

Os programas de remuneração variável têm por objetivo estimular a superação dos resultados planejados pela Companhia, a atração e retenção dos profissionais de alto

nível e o alinhamento das metas empresariais entre os acionistas, executivos e colaboradores.

b. Composição da remuneração, indicando

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um destes elementos

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração recebem somente a remuneração fixa que visa atrair, reter e recompensar conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Diretoria: Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia. Já o incentivo de longo prazo baseou-se na valorização das ações da Suzano S.A, do tipo *phantom shares* até 2017 e a partir de 2018 passou à concessão de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia. Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas, conforme padrões de mercado por meio de pesquisas conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

Comitê de Auditoria Estatutário: Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário fazem jus à remuneração fixa. Este é o único comitê de assessoria ao Conselho de Administração da Companhia com previsão estatutária. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário poderão ter direito a uma remuneração, especificamente com relação aos serviços prestados na qualidade de membros do comitê, a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal: Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal recebem, cada membro, remuneração fixa, superior a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída à diretoria da Companhia, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos diretores, na forma do §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração: Nos últimos três anos 100% da remuneração total foi paga no modelo de remuneração fixa.

Diretoria: A tabela abaixo indica o percentual da parcela da remuneração fixa (salários, benefícios diretos e indiretos e pós-emprego), da remuneração variável de curto prazo (participação nos resultados) e a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações):

Ano	Remuneração Fixa (1)	Remuneração Variável Curto Prazo (2)	Remuneração Variável Longo Prazo (3)
2021	66%	34%	0%
2020	30%	35%	35%
2019	45%	55%	0%

(1) Remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós-emprego)

(2) Remuneração variável curto prazo (participação nos resultados)

(3) Remuneração variável longo prazo (baseada em ações)

Conselho Fiscal: Para o Conselho Fiscal (instalado na Companhia até 2019), 100% de sua remuneração total foi paga no modelo de remuneração fixa.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da mediana deste mercado selecionado.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O membro da Diretoria que pertence ao grupo de controladores não recebe remuneração.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de meta definida no período é o resultado operacional financeiro de empresas controladas.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento na mediana do mercado selecionado, tendo como base pesquisas conduzidas por consultorias especializadas no tema.

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis medianos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa de avaliação de performance dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes às metas, aos valores e princípios éticos da Companhia. Esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio. Para isso aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado.

Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece, por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual.

Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo.

Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na

Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório é feito pela Diretoria Estatutária com base nas pesquisas de mercado de remuneração realizadas anualmente pelas consultorias especializadas contratadas pela Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é estabelecida conforme padrões de mercado por meio de pesquisas de remuneração anuais conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há avaliação da política de remuneração pelo Conselho de Administração.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) N° total de membros	5,00	4,00	0,00	9,00
c) N° de membros remunerados	5,00	2,00	0,00	7,00
d) Remuneração segregada em:				

i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	420.000,00	2.327.851,00	-	2.747.851,00
Benefícios direto e indireto	-	262.688,83	-	262.688,83
Remuneração por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	84.000,00	404.671,90	-	488.671,90
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	-	-
ii. Remuneração variável, segregada em				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	1.818.450,55	-	1.818.450,55
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	97.445,68	-	97.445,68
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Incentivo de longo prazo baseado na concessão de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	4.911.107,95	-	5.415.107,95
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	4.911.107,95	-	5.415.107,95
Observação	-	Os valores informados consideram: 1) Remuneração proporcional de 2 diretores ativos de jan-abr/2022 com término do mandato em 30/04/2022 e 2) Remuneração proporcional de 2 diretores com início do mandato em 01/05/2022.	-	-

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) N° total de membros	5,00	3,00	0,00	8,0
c) N° de membros remunerados	5,00	2,00	0,00	7,0
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	420.000,00	1.595.478,72	-	2.015.478,72
Benefícios direto e indireto	-	802.887,13	-	802.887,13
Remuneração por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	84.000,00	349.128,53	-	433.128,53
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	-
ii. Remuneração variável,				

segregada em				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	1.418.450,55	-	1.418.450,55
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	4.165.944,93	-	4.669.944,93
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	4.165.944,93	-	4.669.944,93
Observação	-	-	-	-

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
g) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
h) N° total de membros	5,00	3,00	0,00	8,0
i) N° de membros remunerados	5,00	2,00	0,00	7,0
j) Remuneração segregada em:				
vi. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	420.000,00	1.450.776,56	-	1.870.776,56
Benefícios direto e indireto	-	379.947,13	-	379.947,13
Remuneração por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	84.000,00	345.118,98	-	429.118,98
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	-
vii. Remuneração variável, segregada em				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	2.525.520,58	-	2.525.520,58
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
viii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
ix. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
x. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	2.520.119,51	-	2.520.119,51
k) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	7.221.482,76	-	7.725.482,76
l) Total da remuneração do conselho de	504.000,00	7.221.482,76	-	7.725.482,76

administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				
Observação	-	-	-	-

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
m) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
n) N° total de membros	5,00	3,00	3,00	11,0
o) N° de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,0
p) Remuneração segregada em:				
xi. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	420.000,00	1.398.906,11	121.876,23	1.940.782,34
Benefícios direto e indireto	-	315.633,65	-	315.633,65
Remuneração por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	84.000,00	345.679,70	26.543,40	456.223,10
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	-
xii. Remuneração variável, segregada em				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	2.525.520,58	-	2.525.520,58
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
xiii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
xiv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
xv. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
q) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	4.585.740,04	148.419,63	5.238.159,67
r) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	4.585.740,04	148.419,63	5.238.159,67
Observação	-	-	-	-

13.3. Remuneração variável dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício social corrente (previsão para 31.12.2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	4	0	9
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.951.618,06	-	1.951.618,06
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.418.450,55	-	1.418.450,55

Os valores informados consideram: 1) Remuneração variável de 2 diretores de jan-abr/2022 com término do mandato em 30/04/2022 e 2) Remuneração variável de 1 diretor com início do mandato em 01/05/2022.

Exercício social encerrado em 31.12.2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	3	0	8
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.551.618,06	-	1.551.618,06
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.418.450,55	-	1.418.450,55
Valor efetivamente reconhecido exercício social	-	1.418.450,55	-	1.418.450,55

Exercício social encerrado em 31.12.2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	3	0	8
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.584.706,14	-	2.584.706,14
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	2.451.538,63	-	2.451.538,63
Valor efetivamente reconhecido exercício social	-	2.525.520,58	-	2.525.520,58

Exercício social encerrado em 31.12.2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	3	0	8

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.200.000,00	-	2.200.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.575.323,00	-	2.575.323,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	2.445.403,50	-	2.445.403,50
Valor efetivamente reconhecido exercício social	-	2.525.520,58	-	2.525.520,58

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2020	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	3,00	
c) Número de Membros Remunerados	1,00	
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	01/04/2016	01/04/2017
i. Quantidade de SAR outorgada	21.479	27.565
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	21.479	27.565
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR	
vii. Valor médio ponderado das SAR		
• em aberto no início do exercício social	58,06	58,71
• perdidas durante o exercício social	Não há	
• exercidas durante o exercício social	35,31	40,41
• expiradas durante o exercício social	Não há	
e) Valor justo das SAR na data da outorga	13,78	10,42
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR	

PLANO DE SAR		Período fiscal com fim em 31/12/2019	
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	3,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2016	01/04/2017	
i. Quantidade de SAR outorgada	21.479	27.565	
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	21.479	27.565	
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado das SAR			
• em aberto no início do exercício social	39,54	45,54	
• perdidas durante o exercício social	Não há		
• exercidas durante o exercício social	Não há		
• expiradas durante o exercício social	Não há		
e) Valor justo das SAR na data da outorga	13,78	10,42	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

13.6. Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações/opções.

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária foi contemplada por estes planos.

As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

PLANO DE SAR		Período fiscal com fim em 31/12/2020	
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	3,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
d) Em relação às ações do Plano de SAR exercidas			
i. Quantidade	49.044		
ii. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 2,89		
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$1.874.254,69		

e) Em relação às ações entregues	Não aplicável para SAR
i. Número de ações	Não aplicável para SAR
ii. Preço médio ponderado de aquisição	Não aplicável para SAR
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para SAR

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2019
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	3,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às ações do Plano de SAR exercidas	
i. Quantidade	Não houve exercícios no período
ii. Preço médio ponderado de exercício	Não houve exercícios no período
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não houve exercícios no período
e) Em relação às ações entregues	Não aplicável para SAR
i. Número de ações	Não aplicável para SAR
ii. Preço médio ponderado de aquisição	Não aplicável para SAR
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para SAR

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

As informações divulgadas nos itens 13.5 a 13.7 são referentes à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária. As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

Plano SAR

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário.

Considerou-se uma proporção de exercício antecipado igual a 3 para todos os programas. Demais premissas consideradas (data base de 31/12/2020 – data de recálculo do valor do SAR para fins de fechamento e liquidação do último plano vigente):

Premissa	Valor Considerado
Preço do ativo base ⁽¹⁾	R\$ 50,67
Expectativa de Volatilidade ⁽²⁾	48,71% a.a.

Expectativa de vida média das opções ⁽³⁾	Igual à vida do contrato
Expectativa de distribuição de dividendos ⁽⁴⁾	0,82% a.a.
Taxa de Juros média ponderada livre de risco ⁽⁵⁾	6,17% a.a.

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB3 na data de cálculo da SAR;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;

(3) A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. O valor apresentado representa a média entre cada uma das outorgas.

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

COMPANHIA

		31/12/2021		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	13.599.939	-
	Ações Preferenciais Classe A	-	12.249.440	-
	Ações Preferenciais Classe B	-	5.312.663	-

CONTROLADAS

		31/12/2021		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Suzano S.A.	Ações Ordinárias	-	53.443.764	-
	ADR	260.000	-	-

		31/12/2021		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Premesa S.A.	Ações Ordinárias	-	31	-

SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM

		31/12/2021		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
IPLF Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	82.058.031	-
	Ações Preferenciais	-	716	-

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	5	3	0	8
c. Número de Membros remunerados	0	1	0	0
d. Nome do plano	-	Suzano Prev	-	-
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	1	-	-
f. Condições para se aposentar antecipadamente	-	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev. e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	-	-
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	1.843.859,65	-	1.843.859,65
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	-	-	-
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	-	-

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal dos 3 últimos exercícios sociais

O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado e seus respectivos membros que exerceram 12 meses suas funções na entidade.

O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

O valor médio da remuneração anual de cada órgão correspondente a divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra “e” do item 13.2) pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão (letra “c” do item 13.2).

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
g) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
h) N° total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
i) N° de membros remunerados	5,00	2,00	0,00	7,00
j) Valor da maior remuneração individual	100.800,00	3.344.500,53		3.445.300,53
k) Valor da menor remuneração individual	100.800,00	821.444,40		922.244,40
l) Valor médio da remuneração individual	100.800,00	2.082.972,46	-	2.183.772,46
Observação	-	O valor médio da remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício.	-	-

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) N° total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
c) N° de membros remunerados	5,00	2,00	0,00	7,00
d) Valor da maior remuneração individual	100.800,00	3.846.891,16		3.947.691,16
e) Valor da menor remuneração individual	100.800,00	3.374.591,60		3.475.391,60
f) Valor médio da remuneração individual	100.800,00	3.610.741,38	-	3.711.541,38
Observação	-	O valor médio da remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício.	-	-

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) N° total de membros	5,00	3,00	3,00	11,0
c) N° de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,0
d) Valor da maior	100.800,00	3.633.755,80	49.473,21	3.784.029,01

remuneração individual				
e) Valor da menor remuneração individual	100.800,00	951.984,24	49.473,21	1.102.257,45
f) Valor médio da remuneração individual	100.800,00	2.292.870,02	49.473,21	2.443.143,23
Observação	-	O valor médio da remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício.	Remuneração dos 03 membros apurada até 28/04/2019. A partir dessa data o Conselho Fiscal deixou de ser instalado na Companhia.	-

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Órgão	Exercício social encerrado em 31.12.2021	Exercício social encerrado em 31.12.2020	Exercício social encerrado em 31.12.2019
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Órgão	Exercício social encerrado em 31.12.2021	Exercício social encerrado em 31.12.2020	Exercício social encerrado em 31.12.2019
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-
TOTAL	-	-	-

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Exercício social encerrado em 31.12.2021

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.899.996,00	6.858.672,00	-	8.758.668,00
Sociedades sob controle comum	525.000,00	-	-	525.000,00

Exercício social encerrado em 31.12.2020

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	2.151.662,67	6.858.672,42	-	9.010.335,09
Sociedades sob controle comum	300.000,00	-	-	300.000,00

Exercício social encerrado em 31.12.2019

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-

Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
-------------------------------	---	---	---	---

b) Demais remunerações recebidas

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	2.823.995,48	6.858.673,00	-	9.682.668,48
Sociedades sob controle comum	200.000,00	-	15.866,66	215.866,66

13.16. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.